

Por Melissa Duarte

Magistrados ouvidos pelo JOTA dizem que texto sancionado não deve mudar julgamentos na Corte

O ministro Moura Ribeiro, do Superior Tribunal de Justiça ([STJ](#)), avalia não estar no radar da Corte definir se a lei que torna o rol da Agência Nacional de Saúde Suplementar ([ANS](#)) exemplificativo, com critérios, [retroage ou não a casos anteriores à sanção](#).

Para o magistrado, existe um “marco” definido pela legislação, [em vigor desde setembro](#): “Penso que não (definiremos sobre a irretroatividade). Nós fixamos o tema, acho que não precisa sobrestar”, disse ao JOTA Moura Ribeiro, integrante da 3ª Turma e da 2ª Seção do STJ, que entende não haver motivo para ir adiante com a discussão no momento.

[Leia aqui na íntegra](#).

Fonte: JOTA, em 27.03.2023